



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0220738-9

APELANTE: Município de Gravatá

APELADO: Demócrito Bezerra dos Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. INÉPCIA PARCIAL DA PETIÇÃO RECURSAL. IMPERTINÊNCIA DE ARGUMENTO. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de apelação cível contra sentença que rejeitou liminarmente embargos à execução opostos pelo Município de Gravatá (Fazenda Pública) em face de execução de sentença promovida por Demócrito Bezerra dos Santos, derivada de 'ação de cobrança' de verbas remuneratórias do exercício de cargo público. 2. As razões recursais não impugnam os fundamentos da sentença, uma vez que o Município, sem deduzir qualquer argumento contrário à rejeição liminar dos embargos, veiculou argumentos novos atinentes à regularidade da cobrança executiva. 3. Nesse passo, verifica-se a inépcia da petição recursal, por violação ao disposto no art. 514, II, do CPC. 4. E, de outra banda, verifica-se a impertinência da alegação – em reiteração – pertinente a precatório judicial, uma vez que ainda se está em fase processual precedente, de acerto dos valores do crédito. 5. Apelo improvido, determinando-se o prosseguimento da execução, com base nos valores resultantes dos cálculos que subsidiaram a cobrança.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0220738-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data de julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

64u



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0220738-9
APELANTE: Município de Gravatá
APELADO: Demócrito Bezerra dos Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Gravatá, que rejeitou liminarmente os **Embargos à Execução** (contra a Fazenda Pública) nº **219.2005.001124-8**.

Nas razões da apelação (fls. 30/35), o Município suscita a "*proibição expressa da execução provisória*" e alega a "*ausência dos requisitos necessários à propositura da ação de execução*".

Aduz, outrossim, que "*a Execução em curso obrigatoriamente deve seguir o prosseguimento segundo o formato preconizado no art. 100, da Constituição Federal de 1988*", e pede a reforma da sentença.

O exequente/apelado, em contra-razões (fls. 46/50), requer a manutenção da sentença apelada.

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 17 de abril de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



69
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0220738-9
APELANTE: Município de Gravatá
APELADO: Demócrito Bezerra dos Santos
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se de apelação cível contra sentença que rejeitou liminarmente embargos à execução opostos pelo **Município de Gravatá** (Fazenda Pública) em face de execução de sentença promovida por **Demócrito Bezerra dos Santos**, derivada de 'ação de cobrança' de verbas remuneratórias do exercício de cargo público.

Em breve restrospecto, anoto que o exeqüente, ora apelado, promoveu a execução com base em memória de cálculos que apurou como valor do débito a quantia R\$ 2.704,75 (dois mil setecentos e quatro reais e setenta e cinco centavos).

O Município embargante se insurgiu contra a execução (i) mencionando excesso de execução – sem, contudo, apontar a origem do excesso ou mesmo o valor que entendia devido; (ii) aduzindo nulidade formal do título judicial “quanto ao seu aparelho de cobrança”, por ausência de previsão orçamentária para o pagamento do valor executado; e (iii) postulando pelo prosseguimento da execução “segundo o formato preconizado no art. 100, da Constituição Federal de 1988”.

Na sentença apelada, o magistrado *a quo* registrou que “o Município não embargou a presente execução com base em qualquer dos incisos do artigo 741 da Lei Adjetiva Civil” e assim rejeitou liminarmente os embargos, com fundamento no art. 739, II, do CPC.

Conforme registrado no relatório, no presente apelo o Município suscita a “proibição expressa da execução provisória”, ao argumento de que “à expedição do precatório precederá, necessariamente, o esgotamento das vias recursais” e alega a “ausência dos requisitos necessários à propositura da ação de execução”, em virtude da ausência de prévia liquidação.

A par disso, reafirma que “a Execução em curso obrigatoriamente deve seguir o prosseguimento segundo o formato preconizado no art. 100, da Constituição Federal de 1988”.

Pois bem.

De logo, percebe-se que as razões recursais não impugnam os fundamentos da sentença.

Isso porque o Município, sem deduzir qualquer argumento contrário à rejeição liminar dos embargos, veiculou argumentos novos atinentes à regularidade da cobrança executiva.





670
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nesse passo, verifica-se a inépcia da petição recursal, por violação ao disposto no art. 514, II, do CPC.

Veja-se a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

“As razões da apelação devem ser deduzidas a partir da sentença e combater especificamente os fundamentos desenvolvidos nesta, em atendimento ao princípio da dialeticidade. A deficiência no apelo ordinário obsta o seu conhecimento. (Trecho do voto do Min. Humberto Gomes de Barros, relator no AgRg no Agravo de Instrumento nº 807.531/MS, j. em 18/10/2007, DJ de 31/10/2007, p. 323). Grifei.

“Todavia, *in casu*, as razões recursais não elidem os fundamentos da r. sentença nem sequer com eles guardam pertinência, mostrando-se, ao contrário, dissociados de seus termos. Dessa forma, na espécie, não há fundamentação válida na apelação capaz de impugnar o *decisum* recorrido, restando desatendido o art. 514, II, da Lei Adjetiva Civil, não merecendo amparo o apelo especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional. Ante o exposto, não conheço do recurso.” (Trecho do voto do Min. César Asfor Rocha, relator no REsp 556.783/RS, j. em 28/10/2003, DJ de 22/03/2004, p. 316). Grifei.

Processual Civil. Recurso de apelação. Efeito devolutivo. Impugnação específica.

- Deve o apelante impugnar, especificamente, cada questão versada na sentença recorrida, sob pena de não se transferir ao Tribunal ad quem a matéria discutida.
- Recurso Especial conhecido e provido. (REsp 217.985/MG, Rel. Min. Vicente Leal, j. em 15/06/2000, DJ de 01/08/2000, p. 353). Grifei.

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE.

1. Deve o apelante indicar as razões de fato e de direito pelas quais entende deva ser anulada ou reformada a sentença recorrida, em não o fazendo, o recurso não pode ser apreciado.
2. Inteligência do artigo 514 do Código de Processo Civil.
3. Recurso conhecido e improvido. (REsp 236.536/CE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, j. em 21/03/2000, DJ de 26/06/2000, p. 220).

E, de outra banda, verifica-se a impertinência da alegação – em reiteração – pertinente a precatório judicial, uma vez que ainda se está em fase processual precedente, de accertamento dos valores do crédito.

Ante o exposto, **nego provimento** ao presente recurso de apelação, determinando o prosseguimento da execução, com base nos valores resultantes dos cálculos que subsidiaram a cobrança.

Recife, 2 de maio de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator